

ANEXO 3

REFLEXÕES SOBRE PESQUISAS INTERNACIONAIS

Neste ponto do relatório faremos um resumo das discussões que empreendemos sobre o debate classe e cultura a partir da leitura de uma série de textos que dialogam, mais ou menos criticamente, com Pierre Bourdieu e, em especial, com *A Distinção*. Para tanto, seguimos aqui alguns dos temas mais frequentes nesse debate. Em seguida faremos um resumo dos principais livros que são resultado de extensas pesquisas empíricas. Por fim, apresentamos algumas implicações do que se expôs para nossa pesquisa. Esta parte do relatório se baseia, portanto, em uma bibliografia internacional que foi selecionada pelos seguintes critérios: textos que são recorrentes no debate e que foram procurados ativamente por nós; textos publicados especialmente na revista *Poetics*; textos que surgiram em nossas buscas em base de dados. Neste relatório faremos uma lista da bibliografia pesquisada, mas neste ponto desejamos nos focar nas próprias discussões e, por isso, apenas citamos o que é central.

1. Bourdieu, *A Distinção* e suas críticas

a) Uma breve história de *A Distinção*

Os trabalhos de Pierre Bourdieu sobre a relação entre classe, cultura, status e estilo de vida são o desenvolvimento de pesquisas anteriores feitas em geral sob encomenda de órgãos governamentais em busca de melhoria de políticas públicas. Em *Os Herdeiros* (1964), Bourdieu e Jean-Claude Passeron observaram que embora a escola pública francesa oferecesse condições similares de aprendizado o desempenho dos alunos não era o mesmo. A diferença da origem de classe entre os que obtinham sucesso – e chegavam à universidade – e os que eram excluídos no processo precisava de uma explicação que não fosse baseada em preconceitos de classe. Os autores são capazes de perceber que a suposta cultura universal ensinada nas escolas encontra direta correspondência com um conjunto de conhecimentos e valores típicos das classes dominantes. Uma vez já socializados nessas classes, os alunos de elite tinham muito mais condições de operar na escola como se essa fosse uma continuação de suas casas. Para explicar esse processo, Bourdieu e Passeron falam da incorporação pelas crianças de um capital linguístico, que seria um conjunto de conhecimentos, competências linguísticas, estilos pessoais e atitudes (Lamont & Lareau, 1988) que permitem um sentido de se estar em seu lugar na escola para as crianças de elite e de não pertencimento para as

crianças de classes mais baixas. A diferença em desempenho, portanto, pode ser explicada justamente pelo valor desse capital incorporado pela criança em sua socialização familiar.

A relação entre escola, desempenho e origem de classe segue em *A Reprodução* (1970). Ali, tanto quanto a partir da edição de 1979 de *Os Herdeiros* (apud Prieur & Savage, 2013), o termo agora mobilizado é capital cultural, tido por Tony Bennett e Elizabeth Silva (2011, p. 429) como o mais criativo conceito do autor, de fato "um neologismo – e não uma reelaboração de um léxico herdado" como seria o caso de outros conceitos como campo e habitus. Simultaneamente, Bourdieu trabalhava com o universo das artes e percebia, de um lado, uma relação entre gosto e origem de classe (no caso o interesse pela fotografia, em *Un Art Moyen*, de 1965) e de outro a relação entre classe e as disposições para apreciação da arte (como no livro *O Amor pela Arte*, de 1966).

Os trabalhos desenvolvidos na década de 1960 já se articulavam tanto na mente de Bourdieu, como em suas intenções de pesquisa. Como revela Monique de Saint-Martin (2015), desde 1962 o autor francês já organizou workshops para discutir os temas que em 1979 apareceriam em *A Distinção* e que, como se nota, começam a aparecer nos textos já aqui citados. Entre o final da década de 1960, com a fundação do Centre européen de sociologique (1968) e o começo da década seguinte, especialmente com a fundação da revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (1975), Bourdieu começa a adquirir condições materiais apropriadas para se lançar no plano audacioso de mobilizar a cultura para explicar os processos de reprodução de classe na sociedade francesa. Não se tratava mais de se pensar em espaços isolados da sociedade (na escola, no museu, na prática fotográfica), mas na sociedade de forma integral. O centro e a revista permitiram tanto um espaço de divulgação de pesquisas de interesse de seu diretor, quanto a reunião de jovens e talentosos pesquisadores, entre os quais alguns de seus antigos colaboradores, como Boltanski, com quem publicou *Un Art Moyen*. Nesse momento há uma intensificação de pesquisas e textos que vão desaguar em *A Distinção*, e o livro pode mesmo ser considerado "o ponto no qual pesquisa e artigos se encontram e interagem" (Saint-Martin, 2015). De fato aparecem no livro pesquisas e reflexões anteriormente publicadas e que vão solidificando conceitos, hipóteses e metodologias que apareceram em *A Distinção*. Seguindo a lista formulada por Saint-Martin, temos: "Disposition esthétique et compétence artistique" (Bourdieu, 1971), "Les fractions de la classe dominante et les modes d'appropriation des oeuvres d'art" (Bourdieu, 1974); "Anatomie du goût" (Bourdieu & Saint Martin, 1976); "La production de la croyance" (Bourdieu, 1977a); "Titres et quartiers de noblesse culturelle: la critique sociale du jugement esthétique" (Bourdieu & de Saint Martin, 1978); "Les stratégies de reconversion" (Bourdieu

et al, 1973); "Questions de politique" (Bourdieu, 1977b), "Classement, déclassement, reclassement" (Bourdieu, 1978) e "Le couturier et sa griffe" (Bourdieu & Delsaut, 1975). Em "A Anatomia do Gosto", de 1976, Bourdieu e Saint Martin já constroem os espaços social e dos estilos de vida, sendo que muitos dos trechos desse ensaio aparecem integralmente ou em partes em *A Distinção*.

Bourdieu também se beneficiou do desenvolvimento da estatística, em especial da "escola francesa de análise de dados", e das técnicas computacionais. Na década 1960, o grupo de Jean-Paul Benzecri cunhou o termo "análise de múltiplas correspondências" utilizada por Bourdieu e Saint-Martin em a "Anatomia do Gosto" e por Bourdieu em *A Distinção* para a medição das distâncias relativas dos indivíduos no espaço social de acordo com o acúmulo e a estrutura de seus capitais, sendo que medidos foram os capitais social e cultural. É com base nessa técnica de análise de dados que Bourdieu e Saint-Martin são capazes de construir o espaço social francês e a ele sobrepor o espaço dos estilos de vida. A coincidência entre as posições dos sujeitos de acordo com seus capitais (volume e estrutura) e a legitimidade de suas práticas culturais definidores de seus estilos de vida é que permitiu que Bourdieu lançasse a tese da homologia entre os espaços. Voltaremos à metodologia em outro item deste relatório, mas aqui destacamos que a possibilidade de se medir as posições relativas dos sujeitos concretizava o pressuposto teórico de Bourdieu de que a sociedade é formada por posições objetivas relacionais, ou seja, as posições se definem em relação às outras posições formando, assim, o que Bourdieu aceita chamar de classe social. A estatística e a computação, assim como os estatísticos reunidos no "Instituto nacional de estatística e dos estudos econômicos" (UNSEE) e no "Centro de pesquisa pelo estudo e a observação das condições de vida" (CRÉDOC), permitem a realização visual e geométrica da sociedade que Bourdieu e seus colegas descobriam empiricamente.

b) Críticas e reflexões a partir dos debates sobre *A Distinção*

Dessa forma, é possível dizer que *A Distinção* é o resultado de quase duas décadas de um trabalho coletivo que reuniu tanto indivíduos quanto instituições francesas. E seu resultado é proporcional ao tamanho dos esforços e trabalhos despendidos. O estudo da relação entre classe e cultura tem uma longa tradição na sociologia e remonta ao menos a Weber, Veblen, Simmel e Elias. Contudo, é a *A Distinção* que se torna obra obrigatória para qualquer sociólogo que se envereda pelo tema. Mesmo aqueles que não compartilham da teoria, dos pressupostos, da metodologia ou das conclusões de Bourdieu precisam conviver

com o fato de que essa é a obra de referência de suas pesquisas e dificilmente conseguirão viver sem ter que lidar com conceitos como capital cultural, *habitus*, espaço social, estilo de vida, homologia, distinção etc.

A relevância dessa obra também a torna – ou ao menos do que nela se consolida, como conceitos, métodos, etc. – objeto frequente de reflexões e questionamentos na sociologia. Neste momento colocamos alguns debates centrais da literatura pós-*A Distinção*.

Onivorismo e a crítica da homologia estrutural e do capital cultural

Na década de 1990, quando ganhava impulso o movimento de apropriação dos estudos de Bourdieu sobre a distinção para além da França (a primeira tradução da obra para o inglês ocorreu em 1984), surgiu uma ideia que, posteriormente, viria a ser interpretada por muitos autores dentro da Sociologia da Cultura e da Sociologia da Estratificação Social, como uma crítica à abordagem bourdieusiana da relação entre classes sociais, gostos e estilos de vida. Essa ideia, mais propriamente um conceito “provisório” do que uma teoria ou mesmo uma hipótese, foi desenvolvida nos estudos do sociólogo estadunidense Richard Peterson com colaboradores (PETERSON, 1992, 1997, 2005; PETERSON; SIMKUS, 1992; PETERSON; KERN, 1996).

Como argumenta GAYO (2016), “a ideia do onívoro foi desenvolvida de uma posição de alto *status* e forte legitimidade na sociologia norte-americana”. (p. 104). Peterson era então reconhecido nacional e internacionalmente entre seus pares por seus trabalhos sobre indústrias culturais e produção cultural, além de ter publicado fartamente em revistas acadêmicas de elevado prestígio, como a *Poetics* (idem, *ibid.*). Se os debates em torno do onivorismo cultural (o termo aludindo a uma “metáfora zoológica” tão criticada por Bernard Lahire) ganharam enorme impulso, estimulando a produção de vários estudos ao longo das décadas seguintes e tornando-se ponto de passagem obrigatório para as pesquisas recentes sobre gostos e práticas culturais, parte disso se deve, certamente, ao contexto acadêmico norte-americano e à posição de Richard Peterson nele. A esses fatores também se deve o fato de que essa ideia ganhou mais tração nos debates na sociologia norte-americana do que na sociologia europeia (sobre a francesa): “o onívoro cultural era uma reiteração posterior de um tema familiar dentro da sociologia dos EUA que afirmava que a geração nascida após a 2ª Guerra Mundial era mais próspera, educada, aberta e tolerante do que as gerações posteriores de norte-americanos”. (idem, p. 106).

É menos claro, no entanto, porque esse conceito foi interpretado posteriormente, como tendo implicações críticas aos estudos de Bourdieu sobre a distinção. Ironicamente, Peterson, em seus próprios estudos (sobretudo em uma publicação recente, 2005), afirmava que o onivorismo não apontava para uma refutação, mas apenas uma reformulação dos argumentos de Bourdieu. Se os estudos de Peterson foram lidos posteriormente como sendo uma espécie de refutação à Distinção, isso se deve, em parte, à forma como essa obra foi apropriada fora da França, sobretudo pela sociologia de língua inglesa. Como destaca HOLT (1998), durante muito tempo, a sociologia norte-americana fez uma leitura “substancialista” dessa obra, minimizando um elemento que lhe é central, seu caráter relacional. LIZARDO e SKILES (2016) sustentam que o entendimento convencional de que o debate sobre o onivorismo questionou a validade empírica das ideias de Bourdieu quanto à associação entre gosto e classe está baseado em uma leitura incorreta do trabalho de Bourdieu. Tal leitura parte de dois pressupostos: i) de que as práticas culturais dos indivíduos de “*status* elevado” podem ser classificadas em um padrão de tipo “exclusivismo esnobe” [*snobbish exclusiveness*], ou seja, tais indivíduos gostam ou fazem coisas associadas à “alta cultura”, rejeitando a cultura popular; ii) a *Distinção* pode ser lida como um estudo de como as classes superiores, fortemente ligadas à alta cultura, se distinguem das classes populares, com seus gostos e práticas vulgares (idem, p. 91). O argumento contido na primeira premissa ignora que a aversão estética é um mecanismo de produção de fronteiras simbólicas que opera tanto *verticalmente* quanto *horizontalmente*; no caso da segunda premissa, minimiza-se a ênfase conferida por Bourdieu à multidimensionalidade do espaço social, que se traduz, por intermédio do *habitus*, em oposições no espaço simbólico. Isso implica, por exemplo, que as lutas em torno da imposição dos modos legítimos de viver são travadas não apenas entre diferentes classes, mas, sobretudo, entre diferentes frações das mesmas classes (por exemplo, o “ascetismo aristocrático” dos intelectuais em oposição ao “gosto do luxo” da burguesia proprietária e dirigente).

Voltando aos estudos de Peterson, a ideia do onivorismo não parece muito complicada: a velha distinção entre alta e baixa cultura estaria sendo substituída por outra, entre onívoros e unívoros. Os primeiros, além de se apropriarem da “alta cultura”, também consumiriam “cultura popular”. Os unívoros teriam um repertório de gostos e práticas restrito à “baixa cultura”. Nesse sentido, o onivorismo apontaria para “repertórios de práticas culturais, emergindo no final do século XX, que são marcados por uma amplitude crescente de gostos e participação cultural e também por uma disposição para transgredir fronteiras previamente construídas entre itens ou gêneros culturais hierarquicamente ordenados”

(KARADEMIR; WARDE, 2016, p. 77). Em alguns estudos, onivorismo é substituído por ecletismo, mas a ideia é a mesma. O desenvolvimento original do conceito aponta para mudanças nos princípios de distribuição dos gostos e das práticas culturais, do “esnobismo” para o “onivorismo”. Onivorismo implica, portanto, a combinação de gostos e práticas, que atravessam diferentes registros culturais. Não basta, portanto, para ser caracterizado como onívoro, que um indivíduo goste de muitos gêneros ou participe de muitas atividades culturais. Ocorrendo no contexto de transformações sociais e culturais - relacionadas com o aumento da oferta de bens culturais, a “estetização” da cultura popular, a maior mobilidade social -, a emergência dessa nova “orientação” em relação às formas culturais teria efeitos profundos para as estratégias de distinção, para a importância da “alta cultura” na hierarquização social etc.

Antes de analisarmos esses possíveis efeitos, no entanto, é essencial investigar a validade empírica da tese de Peterson. Como argumentam KARADEMIR e WARDE, há muitas dificuldades para avaliar a suposta importância do onivorismo enquanto novo “princípio” subjacente à distribuição de gostos e práticas culturais, dificuldades que dizem respeito à falta de consenso na literatura que opera com esse conceito quanto às maneiras de *defini-lo e operacionalizá-lo*, aos *domínios e itens* culturais que devem ser considerados, às *medidas de posição social* (classe social, *status*), à necessidade de uso de *dados de diferentes tipos* (qualitativos e/ou quantitativos), aos procedimentos para *medir mudança social* e, por fim, quanto aos critérios a empregar para operacionalizar uma noção central ao onivorismo, que é aquela da *abertura à diversidade*. Ora, se o onivorismo, pelo menos segundo a definição original, implica o “cruzamento” de fronteiras culturais e a composição “ecclética” de gostos e práticas, então é necessário adotar algum critério para determinar quais são as fronteiras relevantes e onde estão localizadas. Por exemplo, em um estudo de Peterson e Kern (1996), ópera e música clássica foram consideradas gêneros eruditos; *bluegrass*, *country*, *gospel*, *rock* e *blues*, gêneros inferiores; musicais da *Broadway*, músicas leves (*easy listening*) e *big band*, gêneros médios. Com base nessa classificação, repertórios musicais que combinassem, por exemplo, ópera e *rock*, ou ópera e *easy listening* seriam considerados onívoros. É óbvio, portanto, que o modo de construir a classificação e a hierarquização dos gêneros musicais interfere fortemente nos resultados sobre a suposta emergência e/ou crescimento de repertórios onívoros. Nos próprios estudos de Peterson, como salienta BRISSON (2019), há diferentes procedimentos para produzir tais classificações musicais, dificultando a comparabilidade dos resultados, o que não seria necessariamente um problema tivessem tais modificações tido o objetivo de incorporar evoluções temporais das hierarquias

musicais (estetização, intelectualização ou popularização de gêneros ou subgêneros musicais) ou, então, nos modos como tais hierarquias são subjetivamente percebidas e internalizadas pelos indivíduos. Não foi o caso.

Pelo que foi exposto, é provável que o onivorismo seja um “artefato metodológico” (BRISSON, 2019, p. 10). De fato, a falta de consenso sobre o que é onivorismo e como operacionalizá-lo reduz nossa capacidade de estimar a validade empírica da tese de Peterson. Além disso, é preciso refletir se, mesmo que empiricamente válida, a tese acrescentaria algo aos debates sobre classes, gostos e estilos de vida na tradição bourdieusiana (BERTONCELO, 2017). A “tese” do onivorismo introduz implicações opostas ou radicalmente diferentes daquelas associadas à hipótese das homologias para a investigação das práticas culturais? Suspeitamos que não. No estudo d’A Distinção, já está presente o argumento de que um dos principais marcadores da distinção é a propensão e a capacidade dos agentes para transpor a disposição estética para novos objetos e domínios da vida social. O “esnobe”, a quem supostamente o onívoro estaria substituindo no mundo contemporâneo, não seria mais distinto ou distintivo: ao invés, como sublinham LIZARDO e SKILES (2016), o “esnobismo”, entendido como uma orientação que privilegia tão somente os bens culturais institucionalmente consagrados em detrimento daqueles da “cultura popular”, seria um indício da aquisição tardia da disposição estética, mais próximo da “boa vontade cultural” da pequena burguesia.

Essas considerações críticas não invalidam, no entanto, por completo a importância dos debates acerca do onivorismo. Ainda que este não constitua um objeto sociológico propriamente novo e que faltem as condições adequadas para apreciar a validade empírica das mudanças apreendidas por esse conceito, o debate serviu para arejar as discussões em torno da distinção. De fato, como conceber e investigar a distinção e a formação de capital cultural em um contexto marcado pela crescente circulação global de pessoas e objetos, pela disseminação das TICs, pela ampliação da esfera do simbólico, pelas mudanças nos sistemas educacionais? É possível que essa capacidade “tolerante” para transpor a disposição estética para domínios não artísticos ou culturais e para objetos não consagrados, mesmo vulgares, tenha ela própria sido transposta para outras regiões do espaço social, não se restringindo, portanto, às frações mais intelectualizadas? O estudo britânico *Culture, Class, Distinction* aponta nessa direção:

“em suma, a cultura importa para a classe média, e até mais para seus estratos mais elevados. O capital cultural objetivado e institucionalizado opera como um recurso valioso, mas não exclusivamente por meio do controle da cultura legítima. Ao invés, a orientação requerida se

dirige para a apreciação reflexiva, em um espírito de abertura, de uma diversidade de produtos culturais, mas continuam a existir fronteiras além das quais não é respeitável atravessar.” (BENNETT, *et al.*, 2009, p. 194)

A perda da relevância da alta cultura como distinção

Mesmo os autores que não compartilham com a tese do onivorismo concordam com a perda da relevância da alta cultura como forma de distinção. De fato, pesquisas no mundo todo colhem dados que são interpretados como demonstração de que: 1) as classes altas não possuem um gosto exclusivo pela cultura legitimada, apresentando um gosto mais eclético ; 2) as classes médias e baixas não reconhecem o valor da alta cultura. Ou seja, ainda que a alta cultura pudesse significar um processo de identificação das classes altas, ela não funcionaria mais como capital cultural uma vez que sem o reconhecimento não pode produzir dominação.

Muito embora haja tal concordância, ela não se apresenta da mesma maneira. Uma das formas de observar esses dados é buscar demonstrar, como fazem os autores da tese do onivorismo, que a tese do capital cultural não tem relevância social. Em outras palavras, uma vez que há um compartilhamento de um mesmo gosto por diferentes classes, o gosto não produziria exclusão social. Em sua defesa da contribuição da obra de Bourdieu, Douglas Holt entende que tal argumento confunde os aspectos abstrato e particular do capital cultural. Para ele, enquanto o aspecto abstrato é produzido pela incorporação das estruturas sociais condicionadas pelas classes, o particular é específico do campo em que o capital cultural é articulado. Dessa forma, o que a criança incorpora não é exatamente um gosto pela alta cultura, mas uma condição específica de julgamento do mundo social que se manifestará como distintivo em objetos diferentes em cada campo específico. Por isso, afirma Holt, deve-se pesquisar qual o capital específico de cada campo (por exemplo, a alta cultura pode ser esse capital no campo artístico; contudo, no campo da sociologia pode ser a teoria sociológica em contraposição à empírica etc.). Não haveria nada, portanto, de essencial na alta cultura para Bourdieu, sendo ela um capital particular relevante para o estudo da sociedade francesa, mas que pode não importar para outros tempos ou outras sociedades. Ao invés de pressupor, deve-se, então, encontrar qual o capital específico que importa em cada contexto. É por isso que, para Holt (1997), mais importante é o estado incorporado do capital cultural, pois é ele que criará as condições para que os sujeitos possam operar como dominantes em diferentes campos e neles dominarem os capitais específicos. Para dar um exemplo simples, é o capital cultural incorporado que permite membros da elite se inserirem como dominantes em campos

tão distantes como acadêmico e financeiro, fazendo valer esse capital abstrato para o domínio dos capitais específicos. Na mesma linha seguiram Prieur e Savage (2013). Sem adentrarem em discussão sobre campo, eles diferenciam a visão sobre o conceito de capital cultural em flexível e fixo. Segundo eles, o fixo seria a visão que atrela o capital cultural a um objeto específico – por exemplo, à alta cultura. Com esse olhar "é fácil descartar a análise de Bourdieu como obsoleta e irrelevante" (Savage & Prieur, 2013, p. 249). Contudo, para eles Bourdieu entendia o capital cultural como flexível, ou seja, uma forma de poder de qualidades exclusivas e relacionais, que se forma em objetos específicos de acordo com a relação que eles possuem com outros objetos. Assim, se a alta cultura não seria mais a concretização (ou, para voltar a Holt, a particularização) do capital cultural, outros objetos o são, devendo o pesquisador identificar quais. Na próxima seção voltaremos a esse debate apresentando o que os autores chamam de capital cultural emergente.

Em nosso grupo nós compartilhamos a visão de Holt, Prieur e Savage – uma visão que nos parece hoje dominante na bibliografia – e também buscamos entender o capital cultural não de antemão, mas a partir do reconhecimento de que formas de conhecimento produzem exclusão social no Brasil. Entendemos, inclusive, que é de se pressupor que a alta cultura não opere como um capital no Brasil, seja por estarmos inseridos em processos globais e, portanto, algo similar ao que foi encontrado em outras pesquisas deve ser aqui encontrado, mas também porque, como mostra Renato Ortiz (1994), a própria história da formação do mercado de bens simbólicos no Brasil nunca foi capaz de separar cultura de massa, cultura popular e alta cultura como na Europa. É por isso que nossa pesquisa prevê entre suas fases tanto análise de ofertas de estilo de vida quanto grupos focais. Ambos os procedimentos visam a nos permitir reconhecer possíveis particularizações de capital cultural.

Se estamos alinhados à ideia da flexibilidade do capital cultural, não entendemos, contudo, que devemos descartar de maneira tão radical a alta cultura como forma de distinção. Isso se dá por dois motivos. Um primeiro motivo se refere ao que encontramos em algumas pesquisas, mas destacamos aqui Omar Lizardo (2006). O autor estuda a relação de conversão entre capital cultural e capital social. Sua tese central é inverter a noção clássica de que capital social se converte em cultural para mostrar que o cultural se converte, com mais frequência, em social. Contudo, o que mais nos interessa aqui é notar que em diferentes redes de relacionamento há a operação de diferentes conhecimentos culturais. Segundo o autor, a cultura popular tem um "valor generalizado de conversão". Ou seja, a cultura popular pode ser convertida em diferentes redes de relacionamento, produzindo, inclusive, redes amplas de laços fracos. Já a "cultura de elite (highbrow) (...) tem um valor restrito de conversão: ela

deve mais provavelmente sustentar redes de laços fortes" (Lizardo, 2006, p. 783), que permitirão maiores vantagens para seus integrantes. Em outras palavras, o ecletismo cultural da elite lhe permite formar diferentes redes de socialização, sendo essas redes dependentes do conhecimento cultural mais amplo, mas também do reconhecimento das hierarquias culturais. Essa ideia se aproxima tanto à de repertório, de Michèle Lamont, quanto de variações intra-individuais de Bernard Lahire. Para ambos autores os sujeitos mobilizam diferentes conhecimentos em contextos específicos. A diferença, contudo, é que a ideia de Lizardo, e esse é o ponto aqui, nos permite vislumbrar a permanência da relevância da alta cultura como forma de distinção.

Esforço similar nós fizemos em texto produzido dentro do grupo temático¹, em que argumentamos que a perda da relevância da alta cultura foi observada em pesquisas que relacionaram a alta cultura ao campo propriamente artístico. O que os autores do texto propõem é se olhar como a alta cultura é operada em outros campos para produzir distinções. Assim, demonstram que os capitais valorizados no campo artístico são mobilizados pelos campos da gastronomia e da moda para produzirem diferenciações. Estilistas e cozinheiros que se aproximam de artistas (e mesmo querem que sejam considerados artistas) se diferenciam dos outros, sendo que seus produtos se tornam distintivos. Sendo práticas que recebem reconhecimento social (especialmente por programas de televisão), mas ao mesmo tempo exclusivos de uma elite, elas produzem distinção e operam como capital cultural. Dessa forma, argumenta-se que a alta cultura pode ser vista ainda operando como capital cultural, mas em outros campos.

Do gosto à prática

Uma outra forma de se observar o capital cultural, mal captada especialmente por pesquisas baseadas em preferências, é a passagem de se observar o que se consome para como se consome. Isso tem sido uma prática mais frequente nas pesquisas e que pode ser resumida por Vergard Jarness (2015), autor que pesquisou formas de consumo cultural e estratificação na cidade de Stavanger, na Noruega. Segundo ele, as críticas que a noção de capital cultural sofrem, especialmente da tese do onivorismo pela qual o gosto se tornou mais eclético, é que "gostar das mesmas coisas não necessariamente significa ter os mesmos gostos" (Jarness, 2015, p. 67), sendo que "quando bens culturais comuns são apreciados de

¹ Nos referimos aqui ao texto preparado para publicação: ABILE, B. V. ; FERREIRA, T. A. ; MIRALDI, J. C.; NICOLAU NETTO, M. . "A arte entre estilistas e chefs: os repertórios da arte e a delimitação das fronteiras na gastronomia e na moda. In: CSOnline - Revista eletrônica de Ciências Sociais, 2021.

modos diferentes isso pode fazer a prática ainda mais distintiva" (Jarness, 2015, p. 77). Dessa forma, se classes altas e classes baixas podem declarar preferências similares em gosto, por exemplo, musical, é bem possível que a forma como seus membros ouvem música ou mesmo a justificativa que eles dão para suas preferências podem se diferenciar, manifestando um habitus incorporado e produzindo fronteiras que separam as classes e geram distinção. Jarness identificou quatro modos diferentes de consumo, assim categorizados: "o modo intelectual, o modo luxuoso, o modo educacional e o modo prático". Cada modo é "estruturado de acordo com as linhas de classe, sendo consistente com a tese da homologia" (Jarness, 2015, p. 65).

Os membros do grupo temático compartilham com a necessidade de que não se deve observar apenas as preferências, mas se torna cada vez mais relevante observar as diferenças nas práticas. Notou-se, contudo, que isso também eleva a importância das entrevistas. Se nos questionários é possível captar diferentes formas de práticas, dificilmente se capta bem as nuances dessas práticas e ainda menos as justificativas que os sujeitos dão.

Novos capitais culturais

Retornando à visão sobre capital cultural flexível ou a diferença de capital cultural abstrato e particular, alguns autores buscaram reconhecer a emergência de novos capitais ou de novos capitais culturais. Talvez os autores mais constantes nesse tema sejam Mike Savage e Annette Prieur. Eles unem os resultados de duas grandes pesquisas - na Inglaterra (tendo Savage como membro), cujo livro resultante é o *Culture, Class, Distinction*, e na Dinamarca (liderada por Prieur; ver Prieur et al (2008)) – para argumentar pelo conceito de "capital cultural emergente". Segundo eles, esse conceito "pode ser o melhor meio para reconhecer como "the stakes of cultural capital have been redefined in the early twenty-first century. Here the term 'emerging' signifies the relative novelty of these developments, but also points to its 'mobile' character so that it is not simply identified with particular 'cosmopolitan' or 'reflexive' practices" (p. 314). **No conjunto de suas publicações, eles encontram os seguintes capitais culturais emergentes: a) busyness (2015), o que significa estar ocupado como algo distintivo; b) knowingness (2015), que se refere às formas de apreciar a cultura. Isso significa algo que vimos anteriormente: saber como se manifestar sobre uma obra cultural (com ironia, com seriedade, etc) se tornaria um capital cultural; c) cosmopolitismo (2013, 2015; voltamos a este em seguida); d) ecletismo (2013), ou seja, a capacidade de apreciar obras culturais colocadas em diferentes posições da hierarquia cultural; e) cultura científica (2013), que seria um**

conhecimento fora das humanidades (onde tradicionalmente se observa o capital cultural) e mais nas áreas das ciências duras; participação (2011), ou seja, seria distintiva a frequência em participação de atividades culturais.

Um outro conjunto de estudos busca perceber outras formas de capital. Trata-se também da emergência de capital, mas não necessariamente cultural. É o caso mais frequente de pesquisas que se focam na aparência ou na beleza. Um conjunto de autores (Anderson, Grunert, Katz, & Lovascio, 2010; Holla & Kuipers, 2015) considera que tais características, ao serem avaliadas como distintivas por certos grupos, operam como um capital que denominam estético. Da mesma forma que outras formas de capital, a condição de sua acumulação é predisposta pela posição do sujeito no espaço social. Uma variação dessa visão percebe que esse capital estético é mais importante para as mulheres (elas são mais frequentemente avaliadas por critérios estéticos). Contudo, mesmo a elas esse capital é de pouca vantagem, pois é mobilizado pelos homens. Em outras palavras, o capital estético acumulado por uma mulher serve, no mais das vezes, como distinção para os homens. Ashley Mears (2015) mostra que "the uses of women's bodily capital by men who appropriate women as a symbolic resource to generate profit, status, and social ties in an exclusive world of businessmen" (MEARS, 2015, p. 22). Seus estudos se focam na relação entre homens e mulheres em feiras e eventos internacionais de produtos. Contudo, isso pode ser relacionado com aquilo que Randall Collins chama de "trabalho goffmaniano" das mulheres. Seu foco é mostrar que seja em casa ou em suas profissões as mulheres tendem a se focar em trabalhos que produzem status. O diálogo com Mears é que esse status também é apropriado no mais das vezes pelo homem, seja ele o chefe, seja ele o marido.

Essas duas análises colocam um ponto importante para a própria teoria dos capitais. Em geral, as pesquisas se focam na posse de capitais por sujeitos de acordo com suas posições sociais. Contudo, pouca atenção é dada à condição de sujeitos se apropriarem de capitais acumulados por outros. Ou seja, ainda que capitais sejam acumulados por determinados sujeitos de acordo com suas condições, esses mesmos capitais podem ser apropriados por outros em melhores condições sociais. Nas análises citadas, é o caso de capitais acumulados por mulheres por homens. Podemos estender esse raciocínio para outros campos, como a relação entre as altas classes e a cultura popular, etc. Um exemplo hipotético: um mestre de cultura pode acumular um capital cultural legitimado. O fato de que haja a proximidade desse mestre e um pesquisador não permitiria que esse último tivesse mais chance de mobilizar o capital acumulado pelo mestre do que o próprio mestre? Questões como essa devem aparecer em nossa pesquisa.

Capital cosmopolita

Deixamos para falar do capital cosmopolita como um capital cultural emergente por dois motivos: este capital é proposto por várias pesquisas; ele se entrelaça com um de nossos grupos de investigação, sobre globalização. As pesquisas demonstram dois aspectos importantes que nos interessam aqui: a) o primeiro é a formação de um gosto transnacional para certos objetos e gostos. Ou seja, os julgamentos podem não mais serem definidos por aquilo que Giddens (1987) chamou de container nacional; b) o surgimento da oposição entre consumos culturais local e cosmopolita (termos usados pela literatura) que pode representar uma nova forma de distinção.

O primeiro aspecto é de mais difícil captação, uma vez que precisa envolver pesquisas de fato internacionais – e não a comparação entre duas ou mais pesquisas nacionais. De fato, são raríssimas as pesquisas que possuem esse caráter. No entanto, as que o fazem apresentam alguns dados interessantes. Este é o caso da pesquisa de Giseline Kuipers, Jeroen de Kloet (2009) sobre a recepção global do filme *O Senhor dos Anéis*. Os autores aplicaram via redes sociais um questionário sobre interpretação, apreciação e envolvimento, recebendo 24.747 respostas de pessoas de 150 países. Embora tenham encontrado uma grande variedade de respostas elas não se explicam por diferenças nacionais. É por isso que argumentam que

"for global media texts like LotR, national “repertoires of evaluation” are superseded by global or transnational repertoires, which are more readily available to viewers closer to the cultural and geographic center. This calls into question the use of the nation-state as the fundamental unit of analysis for comparative research. Globalized, market-driven cultural expressions produce patterns of reception characterized by what Beck described as “banal cosmopolitanism”: the experience of “globality” embedded in everyday life." (Kuipers & Kloet, 2009, p. 99).

Outra pesquisa de caráter internacional encontrou aspectos de diferenças nacionais. Giseline Kuipers (2015) e seus assistentes aplicaram entrevistas em 5 países europeus (Polônia, Reino Unido, França, Itália e Holanda) para saberem com quais critérios homens e mulheres, de diferentes classes e regiões dentro dos países avaliam a aparência de outras pessoas. No que nos interessa aqui, destaca-se que as mulheres são avaliadas de modos similares por homens e mulheres, independentemente de suas nacionalidades, sendo que as

variações de julgamento se explicam pela combinação entre idade, classe e metropolitanismo. Contudo, os homens são avaliados diferentemente por mulheres e homens, sendo neste caso que a nacionalidade apresenta uma predisposição importante. Dessa forma, se se poderia dizer que há um padrão transnacional (ao menos em referência a esses cinco países) de apreciação da aparência feminina, o mesmo não se pode dizer sobre a aparência masculina.

Como dito, essas pesquisas são raras e de fato elas pouco dialogam com nossa pesquisa, uma vez que nos focamos em uma cidade, inserida em uma nação. Assim, importa mais para nós um outro conjunto de pesquisas cujo interesse é entender o papel que a cultura não local opera nos sistema de classificação dos bens culturais em uma determinada localidade (seja uma nação ou uma cidade) operando ou não como uma forma de capital e produzindo distinção. Aqui não nos interessa o longo debate sobre o cosmopolitismo, mas como essa noção (ou alguma noção entre as várias disponíveis) é mobilizado em pesquisas sobre cultura e classe. Em primeiro lugar é importante que se note que repetidamente os pesquisadores notaram que existiria uma relação entre o consumo de cultura não local ou local e a posição social dos sujeitos. Alguns exemplos aqui nos ajudam. Em pesquisa feita na França em 2015 com jovens entre 18 e 29 anos, Vincenzo Cicchelli e Sylvie Octobre (2017) buscam apreender o "cosmopolitismo estético-cultural" por meio de um questionário composto por quatro temas principais que então são cruzados com dados sócio-demográficos. Os temas são: a) consumos mediáticos; b) os imaginários estéticos e culturais, sob o triplo aspecto do conhecimento, do apego e da relação com registros de valores contrastados em termos das escalas local/global, pessoal/universal. Estes imaginários diziam respeito aos artistas, aos monumentos, mas também, a título de comparação, às personalidades históricas, aos cientistas e aos atletas; c) competências linguísticas; d) mobilidades; interesses em relação a certos países (CICCHELLI & OCTOBRE, 2017, p. 169). De suas análises chegam a cinco configurações do cosmopolitismo estético-cultural. O que nos interessa aqui no relatório são dois pontos de suas conclusões. O primeiro é que há uma tendência geral: os mais escolarizados são os que mantêm uma relação menos intensa com a cultura nacional que, contudo, produz maior adesão nas classes mais baixas. O segundo ponto é a definição de cosmopolitismo como o estrangeiro. Segundo os autores, "cosmopolitismo é pensado a partir de dois tipos de abertura: uma relativa às produções estrangeiras, aos modos específicos de consumo e a outra à construção de imaginários globais" (CICCHELLI & OCTOBRE, 2017, p. 168).

Essa relação entre cosmopolitismo e estrangeiro é quase uma constante nas pesquisas estudadas. Jörg Rössel e Julia Schroedter (2015) fazem uma ótima crítica às pesquisas sobre

o consumo cosmopolita ao lembrarem que aquilo que é visto como cosmopolita nada mais é do que ocidental. Os próprios questionários raramente inserem algo que não seja ocidental. Isso acertado, a pesquisa tem duas perguntas: se há uma relação entre identificação das pessoas com entidades supranacionais de acordo com um estilo de vida mais ou menos cosmopolita; se há uma relação entre capital cultural e um estilo de vida mais cosmopolita. As duas perguntas trazem respostas positivas. Em relação à segunda, eles mostram que quanto mais "cultural capital in terms of education a person has, the more cosmopolitan her lifestyle is" e quanto mais "cultural capital in terms of highbrow orientation a person has, the more cosmopolitan her lifestyle is." Muito embora o mundo foi ampliado na pesquisa de Rössel e Schroedter, as conclusões são similares à pesquisa francesa e também a definição de cosmopolitismo como o não nacional.

Entendemos que essa separação é problemática em um momento de globalização. Façamos aqui uma rápida reflexão que nos ajuda a entender o problema e o desenho de nossa pesquisa. Renato Ortiz parte de Durkheim para nos lembrar que o espaço é socialmente construído. Em outras palavras, as sociedades produzem noções diferentes de espaço de acordo com suas condições atuais. Isso significa que a relevância do espaço nacional como um espaço de referência deve ser situado historicamente. A globalização pode ter mudado essa referência e produzido novos espaços. É o que Ortiz (2019) demonstra ao estudar o luxo. O espaço em que circulam objetos de luxo e os super ricos é transnacional (vai de ruas específicas de Los Angeles até Pequim, de São Paulo a Nova Iorque, de Paris a Londres, etc), mas ao mesmo tempo ultra restrito. Poucas pessoas, poucos lugares, poucos objetos habitam esse espaço que, por sua vez, ultrapassa as fronteiras nacionais. Se pensarmos o cosmopolitismo como o oposto ao nacional, teríamos que esse é um espaço cosmopolita, uma vez que pessoas e produtos de diferentes nações os habitam. Contudo, se pensarmos o cosmopolitismo como a abertura ao outro, ao diferente, é evidente que esse espaço só pode ser pensado como provinciano; um provinciano global, como diria Ortiz. Tudo nesse espaço se assemelha: os gostos das pessoas, os tipos de produtos, os tipos de viagem (hotéis, praias, aviões, aeroportos, serviços, etc.), etc, e embora haja uma abertura a outras nações, não há qualquer abertura à diferença. Lembrando uma passagem de um conhecido texto de Craig Calhoun (2003) sobre cosmopolitismo, lemos que:

"Richard Sennett cites (and builds on) a French usage of 1738: "a cosmopolite ... is a man who moves comfortably in diversity; he is comfortable in situations which have no links or parallels to what is familiar to him," Yet

there is a tendency for commercial capitalism and political liberalism to tame this diversity. While cities can be places of creative disorder, jumbling together ethnicities, classes, and political projects, most people claim only familiar parts of the diversity on offer. The difference between a willingness to enter situations truly without parallels or familiarity and a willingness to experience diversity as packaged for consumer tastes is noteworthy." (Calhoun, 2003, p. 23).

Dessa forma faria pouco sentido a simples relação entre cosmopolitismo e estrangeiro e, a partir disso, atribuir uma forma de capital ao que se chama de cosmopolita. Intuitivamente isso é fácil de perceber. É evidente que embora um filme de heróis da Marvel seja estado-unidense e um filme como Bacurau seja brasileiro, o segundo deve compor um gosto mais exclusivo da elite do que o primeiro. O contrário ocorreria se as categorias fossem filmes independentes norte-americanos e comédias populares da Globo. Juntando esses dois exemplos, é provável que compõem mais exclusivamente o gosto da elite cultural brasileira o filme Bacurau e os filmes independentes norte-americanos, o que significa que, aqui, a noção de cosmopolitismo não pode ser pensada pela oposição nacional estrangeiro.

Essa noção é avançada, ainda que de forma restrita, quando pesquisadores relacionam cosmopolitismo a outras formas de distinção. É o caso de Roza Meuleman (2013), em sua pesquisa feita na Holanda. Ela demonstra que 1) "orientações cosmopolitas são associadas com um mais amplo engajamento cultural, enquanto referências exclusivamente holandesas são mais comuns quando encontradas entre aqueles que são relativamente desengajados culturalmente"; 2) quanto mais ligado à alta-cultura mais predisposto é para formas de cultura europeia". Já a cultura norte-americana é mais frequente entre os "jovens mais educados que se engajam em formas de cultura popular" (Meuleman & Savage, 2013, p. 230). Muito embora a pesquisa continue operando em termos de origem nacional (ou seja, não diferencia um filme blockbuster de um filme independente americano; uma chanson francesa de um rap do mesmo país, etc), a vantagem aqui é perceber que o gosto cosmopolita é principalmente uma continuação do gosto onívoro. Algo similar é demonstrado por Lizardo (2005), agora tendo a Espanha como espaço de estudo. Sua pesquisa demonstra que: 1) "Individuals who think of themselves as citizens of the World are more likely to consume a wider variety of cultural forms than individuals who think of themselves as citizens of the European Union or as citizens of Spain." (p. 90). 2) "Individuals who identify as citizens of the World are more likely to express a lesser number of cultural dislikes than individuals who think of themselves

as citizens of the European Union, citizens of Spain or citizens of a subnational entity." (p. 91). Outras pesquisas seguem linha similar, relacionando o consumo cosmopolita com outras práticas de consumo (Holt, 1997; Meuleman & Savage, 2013).

Recebemos essas análises em nossa pesquisa, mas achamos necessário fazer outras operações para tentar encontrar a relação entre globalização e hierarquias de estilos de vida e produtos culturais. Para tanto, propomos os seguintes movimentos em nossa pesquisa. A) devemos mapear em cada campo cultural a formação de circuitos transnacionais nos quais o que importa notar não é a oposição entre nacional e estrangeiro, mas as formas de composição dos dois. Por exemplo, ao invés de observar a oposição entre filme norte-americano e filme brasileiro, perceber que filme brasileiro e que filme norte-americano ocupam espaços mais ou menos distintos e que são consumidos por diferentes grupos sociais. Se observarmos o mercado linguístico, importa notar em cada campo (empresarial vs das ciências sociais, por exemplo) qual a composição de conhecimentos de língua importa como distinção (pode ser que tenhamos inglês e mandarim para alguns; francês e alemão para outros, etc). B) A partir dessa observação podemos pensar, mais uma vez em cada campo, qual o componente distintivo que uma nação ou uma localidade interpõe em um objeto cultural. Por exemplo, uma vez identificado o circuito transnacional de filmes distintivos, podemos observar se existe ali uma hierarquia marcada pela nacionalidade. C) Analisaremos aquilo que chamaremos de "composições nacionais distintivas". Isso significa que esperamos que todos os grupos sociais consumam produtos culturais ao mesmo tempo nacionais e estrangeiros. Contudo, as composições que fazem são diferentes e, temos por hipótese, distintivas.

Gênero

Uma das mais frequentes críticas recebidas por Bourdieu é a forma como ele integra gênero, raça e idade em sua análise e, especialmente, a sobreposição de diferentes formas de opressão, algo que ficou marcado na teoria feminista como a análise interseccional. Elizabeth Silva (2016a, p. 77) nos lembra que o autor levou em conta a "a interseccionalidade e suas análises entrelaçam modos complexos de correspondência entre sociabilidade campos". Contudo, continua a autora, "todos os fatores - idade, gênero e etnicidade - operam pelo mecanismo de um habitus baseado na classe. Essa ênfase na classe tem sido o aspecto chave criticado em sua teoria". É justamente na possibilidade de haver padrões de gosto e práticas predispostos mais por fatores como esses do que por classe - ou que tais fatores se misturam com a classe, mas a ela não são subsumidos - que alguns autores propõem uma

noção de habitus que não seja exclusivamente predisposto pela classe. Elizabeth Silva, reconhecendo que a carreira do conceito de habitus segue um caminho de uma noção mais unitária para uma mais fragmentada em Bourdieu, argumenta por se falar em um habitus generificado (gendered habitus). Empiricamente essa noção parece encontrar validade pelo fato de que diversas pesquisas demonstram que as mulheres, em todas as classes, embora a classe também produza variações, possuem maior tendência a um tipo de consumo cultural mais estabelecido (Bennett et al, 2009; Silva & Le Roux (2011)). Randall Collins (2015), aqui já citado, segue uma via similar ao argumentar que muito mais do que os homens, as mulheres se dedicam a um trabalho de produção de status, seja dentro de casa, seja em trabalho assalariado.

Tal noção avança em relação à noção de Bourdieu no sentido de encontrar processos de exclusão marcados pelo gênero. Contudo, também compartilha um pressuposto com o autor, que pensa que o ambiente doméstico impõe à mulher seus papéis sociais e mesmo quando ela está fora desse ambiente, no mundo do trabalho externo, é o primeiro que condiciona suas ações a relegando para um tipo de "trabalho estético." (Silva, 2016b p. 175). Isso explicaria a predominância de um tipo de trabalho estético, ou de status, um gosto pelo mais estabelecido e um engajamento em atividades culturais mais legítimas. Contudo, para Bourdieu essa é uma estrutura constante de dominação entre homens e mulheres, que podem ser "mantidas pela história em todos os espaços sociais". Essa visão teria sido possível pelo fato de que Bourdieu, de forma supreendente, como afirma Beverly Skeggs, não tenha se atentado à teoria feminista (p. 19). Segundo Silva, essa teoria pode nos ensinar a analisar o habitus não a partir de um "corpo sexualizado baseado no fundacionalismo biológico", como faz Bourdieu, mas em relação ao gênero que forma uma "subjetividade socializada" (idem, p. 175).

Duas pesquisas nos auxiliam a concretizar essa visão. A primeira é da própria Elizabeth Silva com Brigitte Le Roux. Elas partem da mesma base de dados recolhida e utilizada em *Culture, Class, Distinction*. Assim como é apresentado nos resultados do livro, as mulheres parecem ter uma maior disposição a um tipo de prática cultural com base em um gosto estabelecido, em oposição a um gosto emergente (formas mais novas, e arriscadas do ponto de vista simbólico, de cultura). Contudo, se os dados são observados por faixa etária, ou seja, junto à categoria gênero se soma na análise a categoria etária, observa-se que a diferença entre homens e mulheres é maior entre os 25 e 44 anos e, mais marcadamente ainda, entre casais com filhos. Em outras faixas etárias a diferença parece pequena ou mesmo insignificante. Isso significa que tal disposição da mulher não pode ser tratada como um

aspecto universal e imutável, mas como uma construção específica do gênero, em especial, da mulher como mãe e esposa. A outra pesquisa que traz dados que estão no mesmo sentido é de Omar Lizardo. O autor percebe que as mulheres têm uma maior propensão a um consumo de cultura legitimada (*highbrow culture*), o que está de acordo com outras pesquisas. Contudo, Lizardo observa esse gosto em referência às posições das mulheres no mundo do trabalho. Em primeiro lugar, o autor nota que a diferença entre homens e mulheres pelo gosto da cultura legitimada ocorre apenas entre indivíduos que são ativos como força de trabalho. "Entre indivíduos que não são força de trabalho (estudantes, donas de casa e pessoas aposentadas) o *gender gap* que pode ser detectado é dramaticamente atenuado em comparação com indivíduos que gastam uma grande parte de sua vida cotidiana no trabalho" (p. 3). Em segundo lugar, o aumento da diferença desse gosto entre homens e mulheres se dá de forma mais marcante naquelas profissões em que o capital cultural - ao menos aquele concretizado pela alta cultura - é menos importante, como nas empresas de negócios, etc. A diferença de gosto nas profissões marcadamente culturais é mínima entre homens e mulheres. Dessa forma, Lizardo conclui que a diferença de gosto não tem a ver com uma característica geral da mulher em relação ao homem - como a extensão das funções domésticas para o trabalho - mas como relação de poder entre homens e mulheres nas próprias profissões. Onde o conhecimento de alta cultura é mais valorizado (entre profissões culturais) a diferença de gosto entre homens e mulheres é menor; onde é menos valorizado, é maior.

Essas pesquisas demonstram a necessidade de se observar, como propõe Beverly Skeggs, aquilo que não encaixa na visão geral sobre gênero. O grupo fez poucas leituras, reflexões e discussões sobre o tema de gênero, assim como sobre etnicidade e geração. Dessa forma, essas primeiras leituras servem para nos alertar para a relevância do tema.

Classes populares

É bastante conhecido o pouco interesse que Bourdieu dedicou à captação empírica das práticas culturais e do gosto das classes populares, o qual ele chamou de gosto de necessidade. Tony Bennett (2011) nos lembra que na própria amostra do autor as classes trabalhadoras foram sub-representadas. A base do descaso é o pressuposto de Bourdieu de que imersas nas respostas às urgências da vida, às classes trabalhadores é negada "qualquer capacidade de fazer julgamentos relacionais de forma" (BENNETT, 2011, p. 532). Bennett indica três fundamentos de Bourdieu para tanto: 1) o gosto estético depende da capacidade de deslocar o interesse do conteúdo para a forma, algo que as classes trabalhadoras não fariam; 2) as classes trabalhadoras, devido a seu *habitus*, não possuem um "treinamento visual que

equipe os olhos com a capacidade de distinguir os traços estilísticos que tipificam - e diferenciam - períodos, escolas e artistas"; 3) a estética popular tem uma orientação funcional, oposta às definições kantianas de belo, algo que Bourdieu considera como a dimensão central da distinção (BENNETT, 2011, p. 533).

Essas noções levam a um "fechamento das possibilidades" em fazer qualquer julgamento estético. É por isso que Bourdieu pode praticamente ignorar gostos e práticas mais próximas da classe trabalhadora de seu questionário. Também é por isso que o autor pode considerar as práticas estetizantes da classe trabalhadora apenas como uma cópia decaída, e uma forma de reconhecimento de seu valor, do gosto e das práticas da classe dominante.

Para sair desse dilema, Bennett nos propõe refletir sobre a excessiva confiança que Bourdieu tem na noção estética kantiana. Em outras palavras, para Bourdieu não haveria outras formas de apreciação estética que pudessem alcançar o mesmo valor social - e, dessa forma, servir como fonte de capital cultural - quanto a kantiana. Para Bennett, seguindo Mauss, a universalidade da apreciação estética não está na forma vislumbrada por Kant, mas é diversa. Em outras palavras, as classes populares também teriam suas formas de apreciação estética.

Essa visão tem implicações importantes, além da própria discussão sobre gosto e estética. Para Bourdieu, o gosto de distinção é típico da classe dominante. De um lado, a separa da classe dominada; de outro, produz uma separação dentro da classe dominante (o gosto de luxo, daqueles com alto capital econômico; e o asceticismo estético, daqueles com alto capital cultural). Se pensarmos em formas de apreciação estética populares, podemos ter como consequência: a) reconhecer uma cultura legitimada nas classes populares que não seja derivação das classes dominantes e nem reconheça os valores das classes dominantes. Neste sentido, uma cultura potencialmente transgressora; b) observar o jogo da distinção dentro da própria classe dominada.

Neste último ponto gostaríamos de retomar rapidamente três debates que fizemos no grupo. O primeiro se refere às coleções de fast fashions que fazem coleções em parceria com grandes estilistas para vender roupas às classes média e popular. Segundo Nicolau Netto e Ábile (texto preparado para publicação, anexo 8), isso permite a definição de fronteiras simbólicas e sociais dentro dessas classes, valorizando os sentidos estéticos daqueles que conhecem o valor dessas coleções. O segundo se refere à pesquisa de Ana Lúcia Castro (2019a) sobre o consumo em classes populares. Castro & Haddad (2019b) destacam o total desconhecimento de marcas associadas ao universo do luxo - como Chanel, Dior, Valentino,

YSL, D&G e Prada - e demonstraram como o reconhecimento de marcas esportivas - como Puma, Adidas e Nike - produzem um senso de distinção entre os consumidores. Por fim, o debate apresentado por Daniela Vieira a partir de sua pesquisa de pós-doutoramento sobre Hip-hop. Vieira demonstra como essa "cultura" serve também para as classes populares (embora não apenas, pois as classes altas também se apropriam dessa "cultura" para se distinguirem) se distinguirem internamente.

Este parece ser um ponto fundamental para ser desenvolvido nos debates do grupo, tanto do ponto de vista conceitual, quanto do ponto de vista de técnicas para captação empírica do gosto popular. As técnicas que estamos utilizando para a construção do questionário (como investigação aprofundada dos bairros de sua aplicação e grupo focal) servem justamente para nos permitir uma visão indutiva do gosto popular e não dedutiva, a partir da estética kantiana.

c) Metodologia

O estudo da distinção nos coloca, como vimos, inúmeros desafios de natureza teórica. Ao mesmo tempo, existem dificuldades propriamente metodológicas no estudo desse tema. O conceito de distinção, tal como empregado por Bourdieu, supõe diferença e hierarquia. Há muitas evidências empíricas de que as práticas culturais são estratificadas e diferenciadas socialmente, ou seja, elas variam (quanto à frequência, aos gostos e aos conhecimentos) em termos da escolaridade, renda, classe social, gênero, etnia, idade, local de residência dos indivíduos etc. Ou seja, já temos bastante conhecimento da distribuição social de diversas propriedades dos estilos de vida. Se o aspecto da distribuição diferencial das propriedades das práticas está, de alguma forma, bem documentado, o outro elemento da distinção, qual seja, a hierarquia, parece menos explorado nos estudos que se debruçam sobre essa temática.

A mera evidência estatística da raridade de uma prática ou gosto não implica necessariamente que ele hierarquize os agentes. Por exemplo, em vários países, mesmo nos mais desenvolvidos, gostar de ler poesia é um gosto pouco comum. Como saber se a raridade relativa desse gosto funciona como um marcador simbólico? Segundo Sølvsberg e Jarness (2019), “não é possível inferir ‘o valor no mercado simbólico’ de práticas específicas do simples fato de estarem estatisticamente associadas a certos estratos da população...” (p. 180)

Claro está, portanto, que os instrumentos geralmente utilizados para “mapear” os gostos e as práticas culturais não são suficientes para responder a esta questão. Os dados produzidos por meio de *surveys* são muito úteis (sobretudo quando produzidos a partir da problemática da pesquisa), porque possibilitam evidenciar a ocorrência empírica de

homologias ou correspondências entre as práticas dos agentes em diferentes domínios e suas posições relativas no espaço social. Entre outras coisas, a interpretação dos dados assim produzidos nos daria indícios importantes de como estão correlacionadas certas propriedades dos agentes com suas “escolhas” em diversos domínios ou campos sociais, e estas entre si. É necessário, no entanto, dar alguns passos adicionais para apreendermos a problemática da distinção em sua totalidade.

Um artigo de Prieur e Savage nos ajuda a entender algumas das tarefas necessárias para isso. Os autores colocam a seguinte questão: “como podemos nos mover das oposições observadas [na distribuição social das práticas culturais] para a caracterização do conteúdo delas enquanto capital cultural?” (2011, p. 575). A possibilidade de respondermos a essa questão supõe duas condições. Em primeiro lugar, “as oposições deveriam ser usadas pelas pessoas para se classificarem e se identificarem mutuamente, mostrando, assim, que tais oposições são tomadas de posição, relacionais, em um campo específico”. Em segundo lugar, “as preferências mais privilegiadas deveriam gozar de um elevado reconhecimento enquanto valiosas, transformando-as em signos de dominação e de violência simbólica.” (idem, *ibid.*)

Devemos, então, utilizar outras técnicas de observação para produzir os dados necessários para responder às indagações aqui colocadas. Uma primeira tarefa consiste, assim, em situar uma determinada prática em seu campo específico e reconstruir a estrutura desse campo, suas instâncias de legitimação, suas hierarquias e seus agentes, os valores que os orientam, os objetos em disputa etc. Há muitos estudos desse tipo na Sociologia no Brasil e alhures. Além disso - e este é o ponto que gostaríamos de destacar - é preciso avançar na investigação dos aspectos subjetivos de como “as pessoas explicitamente avaliam, estimam e julgam os estilos de vida dos outros...” (SØLVBERG; JARNESS, 2019, p. 180). Como produzir dados desse tipo? Como apreender empiricamente os modos pelos quais as pessoas categorizam e hierarquizam os estilos de vida? Que técnicas de observação devemos empregar para investigar a disputa em torno do valor das propriedades dos estilos de vida e o reconhecimento pelos agentes dessas hierarquias?

Como argumentam Sølvsberg e Jarness, os estudos de Lamont sobre as fronteiras simbólicas nos ajudam a avançar nessas indagações. Conforme a definição apresentada em um artigo de Lamont e Molnár (2002), as fronteiras simbólicas são “distinções conceituais feitas pelos atores sociais para categorizar objetos, pessoas, práticas, e, até mesmo, o tempo e o espaço. São ferramentas pelas quais os indivíduos e grupos lutam para chegar a definições da realidade compartilhadas” (p. 168). Por sua vez, as fronteiras sociais são “formas objetivadas de diferenças sociais manifestadas no acesso desigual e na distribuição desigual

de recursos (materiais e imateriais) e de oportunidades sociais” (idem, *ibid.*). A estratégia metodológica defendida por Lamont para apreender os processos de produção das fronteiras simbólicas se baseia fortemente no uso de entrevistas qualitativas, pois fronteiras desse tipo são, em grande medida, discursivas, ou seja, são articuladas pelas pessoas por meio das categorias que mobilizam, em seus discursos, para nomear, definir, avaliar suas próprias ações e as dos outros. Assim, em um estudo comparativo sobre a produção de fronteiras de classe na França e nos EUA com informantes de classe média, Lamont (1992) mostrou que os informantes franceses e norte-americanos mobilizavam repertórios distintos, enfatizando diferencialmente elementos culturais, morais ou econômicos, para demarcar fronteiras simbólicas.

Mapear as fronteiras simbólicas, retornando aos argumentos de Sølvsberg e Jarness (2019), pode ser bastante útil para investigar empiricamente “se e como as diferenças de estilos de vida baseadas em classe estão, de fato, ligadas a processos de exclusão e inclusão”. (p. 180) Ainda que tais processos sejam, em alguma medida, pré-reflexivos ou mesmo não intencionais - não sendo, portanto, facilmente articuláveis no plano discursivo - os dados produzidos por meio de entrevistas podem nos ajudar a reconstruí-los indiretamente, considerando as categorias “nativas”, ou seja, aquelas empregadas pelos agentes para falar de si e dos outros.

Mas, então, surge outra dificuldade importante. Como se sabe, entrevistas são técnicas adequadas para apreender valores, mas não comportamentos. Há uma tendência quase incontornável por parte dos agentes de idealizar seus comportamentos, exibindo ou acentuando traços de sua “identidade” de modo a serem percebidos como sujeitos socialmente competentes. Não haveria, em princípio, meios para apreender a construção prática de fronteiras simbólicas a partir do modo como são articuladas verbalmente. Segundo os autores, essas são, de fato, dificuldades inerentes ao uso da técnica para produzir dados comportamentais. Ao mesmo tempo, embora outras técnicas possibilitem apreender as chamadas “regras de interação”, elas apresentam limites quanto à possibilidade de generalização dos resultados. Este é o caso da observação participante. Se o objetivo da pesquisa for, como temos tratado aqui, apreender se e como a distribuição de propriedades de estilos de vida está ligada a processos de exclusão e hierarquização, então a limitação quanto às situações de interação observadas (caso da observação participante) não nos permitiria avançar muito além das especificidades do caso estudado.

Por isso, os autores propõem um procedimento metodológico no uso das entrevistas em profundidade que consiste em explorar as contradições dos informantes entre diferentes

modos de apresentação de si, modos esses que os autores denominam por “honorável” ou “visceral”. As narrativas “honoráveis” são aquelas em que os informantes se esforçam por transmitir uma imagem de si como indivíduos tolerantes, buscando minimizar as diferenças de classe e evitando julgamentos ou o uso de categorias que impliquem hierarquização ou estigmatização. Por sua vez, as narrativas “viscerais” são aquelas carregadas de sentimentos de desgosto, julgamentos morais e estéticos, de categorias que produzem hierarquias entre grupos de pessoas etc. É verdade que essas narrativas “honoráveis” ou “viscerais” variam fortemente conforme o contexto: onde se fala, com quem se fala, de quem se fala.² Para extrair essas narrativas “viscerais”, é necessário que o pesquisador explore as contradições dos discursos, estimulando, por exemplo, que os informantes recontem eventos relacionados com encontros/interações com indivíduos de classes sociais inferiores (JARNESS; FRIEDMAN, 2016). Outros estímulos são possíveis: caso esteja entrevistando pessoas que possuem posições de comando em empresas, o pesquisador pode incentivá-las a relatar como avaliaram candidatos a vagas de emprego em seus locais de trabalho (SØLVBERG; JARNESS, 2019). A lógica do uso desses estímulos, que podem ser diversos, é a mesma: criar condições para fazer emergir contradições nos modos como os informantes falam sobre si e sobre os outros nas entrevistas. Explorar tais contradições - e, obviamente, conduzir a entrevista de um modo a obter o consentimento do entrevistado para falar mais “abertamente” - possibilitaria ao entrevistador fazer emergir as tensões entre o modo como as pessoas se como realmente se sentem e como sentem que deveriam se sentir em relação aos outros (JARNESS; FRIEDMAN, 2016).

2. Resumo de livros com pesquisa empírica sobre cultura e estratificação

a) Culture, Class, Distinction

Este livro, publicado em 2009, foi o resultado de uma pesquisa de vários anos por uma equipe que reunia acadêmicos como Tony Bennett (que havia também produzido um estudo sobre classes e estilos de vida na Austrália quase uma década antes), Mike Savage,

² É verdade que essas narrativas “honoráveis” ou “viscerais” variam fortemente conforme o contexto: onde se fala, com quem se fala, de quem se fala. Por exemplo, um artigo de Carolina Pulici (2014) que aborda a percepção das elites paulistanas sobre as práticas alimentares das classes populares traz muitos exemplos dessas narrativas “viscerais”, talvez porque, no contexto da enorme desigualdade que caracteriza a sociedade brasileira, a grande distância social que separa esses grupos reduza a força dos imperativos morais de tolerância e abertura ao outro que matizam as barreiras simbólicas erigidas no discurso.

Elizabeth Silva, Alan Warde, Modesto Gayo-Cal e David Wright. Há vários artigos publicados que exploram diferentes aspectos dos dados produzidos na pesquisa. A referida pesquisa incluiu um conjunto de técnicas e métodos de produção, análise e interpretação dos dados: foram feitos alguns grupos focais, a partir dos quais foram levantados temas a serem abordados em uma pesquisa por questionário estruturado administrado a uma amostra aleatória nacionalmente representativa de mais de 1500 indivíduos, complementada com uma amostra intencional de mais de 200 pessoas recrutadas de minorias étnico-raciais do Reino Unido. Os pesquisadores também coletaram material retirado de jornais e revistas para identificar a clientela típica a que eram direcionados anúncios de certos estilos culturais. Por fim, os autores fizeram algumas entrevistas domiciliares em profundidade com indivíduos que responderam ao questionário e, em alguns casos, com os/as cônjuges. Essa amostra intencional foi complementada por 11 entrevistas com informantes das “elites” britânicas. O questionário serviu para o propósito de “mapear” diferentes aspectos das práticas culturais em alguns domínios da vida social, sobretudo a frequência dessas práticas, os gostos por diferentes gêneros culturais e o conhecimento de diferentes bens ou objetos culturais. A inclusão de questões sobre o conhecimento permitiu aos autores apreender mais precisamente a relação dos agentes com as hierarquias culturais, diferenciando o conhecimento do reconhecimento dos bens legítimos. As entrevistas, por sua vez, possibilitaram explorar a dimensão da modalidade das práticas, ou seja, o modo como os indivíduos consomem determinado objeto cultural e integram determinadas práticas culturais num estilo de vida razoavelmente coerente.

O principal objetivo da pesquisa foi o de “replicar os estudos de Bourdieu sobre a Distinção no Reino Unido”, considerando os desenvolvimentos teóricos e resultados empíricos de outras pesquisas que foram feitas desde então. No caso em tela, os autores tiveram que enfrentar a questão da *especificidade nacional* na explicação de Bourdieu sobre as relações entre classe, cultura e sistema educacional, de forma a mostrar como tais relações operam no contexto da sociedade britânica. As questões de gênero e de etnicidade foram consideradas. A crescente circulação internacional de bens e pessoas qualifica o argumento bourdieusiano de que a sociedade é uma unidade nacionalmente delimitada, em que as relações de classe são produzidas no contexto das relações de forças internas a ela.

No livro, há três temas principais:

i) **A importância do capital cultural.** Aqui a questão central se refere à possível articulação do capital cultural na sociedade britânica, sua forma e conteúdo atuais;

ii) **A homologia entre os campos culturais.** A questão aqui é se os diferentes campos culturais estão estruturados pelos mesmos princípios e, portanto, se haveria uma correspondência estrutural entre conjuntos de práticas e gostos dos agentes nos diferentes domínios investigados (música, leitura, arte visual, mídia, alimentação fora, esportes, filmes);

iii) **A centralidade da cultura para a produção de desigualdades e para a formação de grupos.** A questão que o estudo busca responder aqui é a seguinte: em que medida a formação das classes médias depende da produção/transmissão/monopolização de capital cultural e como esse processo opera de acordo com gênero e etnicidade?

Ao mapear os diferentes aspectos das práticas culturais sob investigação, a pesquisa evidenciou que a principal oposição reside na frequência com os os indivíduos participam da cultura legítima e da cultura “popular”, e não em uma oposição entre essas formas culturais: alguns participam intensamente; outros raramente ou nunca. Ou seja, é a dimensão da participação que mais fortemente diferencia os agentes em termos de suas práticas culturais, e não o gosto ou o conhecimento, embora estas dimensões também tenham se mostrado empiricamente relevantes como eixos de diferenciação social. Quer dizer, as práticas culturais são fortemente estratificadas e diferenciadas socialmente, por classe, educação, gênero, etnia e idade. As evidências de que as “classes superiores” têm uma relação bastante próxima com a “cultura legítima” (afinal, são os membros dessas classes que mais frequentemente se apropriam de objetos culturais codificados como “legítimos”) levaram os autores a investigar a centralidade da cultura “tradicional” ou estabelecida na reprodução dessas classes. Para os autores, embora o controle da cultura legítima dependa, na sociedade britânica então estudada, de recursos e disposições possuídos de forma desproporcional pelos membros das “classes superiores”, há outros aspectos da relação com a cultura que também podem adquirir valor simbólico e, portanto, ser convertidos em outras formas de capital: a orientação à cultura valorizada requer um “espírito de abertura”, uma “apreciação reflexiva” num contexto da ampliação da oferta cultural e do campo do simbólico. A capacidade dos agentes de manejar as classificações e hierarquias culturais, e de se apropriar - e de revalorizar - elementos diversos da “tradição cultural” parece tão ou mais importante, para a formação das classes superiores, do que o conhecimento da cultura estabelecida. Essa conclusão é importante porque permite qualificar o argumento do “onivorismo”, indicando que pode se tratar de uma orientação em relação à cultura que possivelmente “carrega” elevado valor simbólico.

b) Upper Middle Class Social Reproduction. Wealth, Schooling, and Residential Choice in Chile

María Luisa Méndez e Modesto Gayo estudaram as formas de reprodução da alta classe média na cidade de Santiago, Chile. O livro nos interessa, em primeiro lugar, pelo fato de que pesquisam uma cidade, tal qual faremos. Contudo, diferente de nossa pesquisa, se focaram em uma determinada classe e em um bairro (Barrio Alto). Em termos metodológicos, eles demonstram a importância de um estudo histórico sobre a área urbana, pesquisando suas transformações e, especialmente, a ascensão ou queda social dos moradores. A amostra também é interessante, pois foi construída com membros do pesquisa focado (400 respostas), mas também com membros de toda a cidade (800), como forma de comparação. Para a análise de resultados, usaram MCA. Em termos de resultado, a pesquisa demonstra uma grande variação de composição de capitais na alta classe média e a influência da trajetória em posições políticas e estilo de vida. Ainda, demonstram a importância - especialmente pelos estabelecidos - da educação e da moradia para a reprodução dos privilégios dessa classe.

c) *Classes e culturas de classe das famílias portuenses*: classes sociais e modalidades de estilização da vida na cidade do Porto.

O livro é o resultado de uma extensa pesquisa realizada no início dos anos 2000 pelo sociólogo José Virgílio Borges Pereira. Mobilizando o aparato teórico bourdieusiano para o estudo da distinção, Pereira se debruça sobre um contexto social e espacial específico, no caso, a cidade do Porto (segunda maior cidade portuguesa), tendo como objeto as relações entre classes sociais, famílias e estilos de vida. Na primeira parte do livro, o autor constrói um enquadramento teórico necessário à investigação da produção da prática ou, como prefere, da “produção do cotidiano” pelos agentes, sobretudo no que se refere aos usos do tempo (tempo de trabalho e tempo livre) e do espaço (público, semipúblico, privado). O enfoque sobre a produção do cotidiano é fundamental para dar conta da relação entre estrutura, práticas e representações: as classes sociais condicionam os usos do tempo e do espaço, por intermédio das representações incorporadas e, por meio das práticas, reproduzem-se socialmente. Construído o quadro teórico, o autor faz uma reconstrução do espaço social portuense, utilizando um conjunto de indicadores de renda, escolaridade, ocupação, situação do domicílio etc., a partir de dados estatísticos oficiais. Interessava ao autor caracterizar a objetivação do espaço social no espaço físico da cidade, evidenciando a imbricação entre os processos histórico-sociais de formação da cidade e dos grupos sociais (sobretudo as classes sociais). Ao mesmo tempo, analisando os dados produzidos por meio da aplicação de um questionário estruturado a uma amostra de domicílios representativa da população portuense,

Pereira produz diversos mapas das práticas cotidianas (especialmente aquelas relacionadas com o uso do tempo livre) nos contextos doméstico, local e urbano. Como evidencia o autor, há fortes padrões de classe na distribuição das práticas assim reconstruídas: a sociabilidade das classes populares é bastante restrita aos contextos doméstico e local (ir à igreja, saídas para fazer compras); a sociabilidade das classes superiores inclui mais intensamente as práticas de lazer cultural no contexto urbano (deslocamentos a restaurantes, teatros ou cinemas). Os dados evidenciam a existências de homologias entre o espaço social portuense e o espaço dos estilos de vida. Por fim, o autor faz alguns estudos aprofundados em certos espaços da cidade, a partir de dados resultantes do emprego de técnicas qualitativas, como a etnografia e a produção de documentos visuais (fotografias). Tais estudos visam à reconstrução de traços das condições objetivas e dos estilos de vida dos grupos sociais que caracterizam esses espaços.

3. Algumas implicações do que se viu para a pesquisa

Todas essas pesquisas que discutimos, muitas delas analisadas acima, foram, e continuarão a ser, importantes para o desenvolvimento de nosso trabalho. Os argumentos e reflexões que suscitam estarão presentes em todo o processo de construção de nosso objeto sociológico. Entretanto, a leitura e a discussão nos fez compreender alguns pontos que nos pareceram falhos. Insistiremos nesse aspecto (mas não de maneira alongada) porque isso tem implicações para o debate teórico e o próprio encaminhamento metodológico do projeto,

Ao se debruçar nesta vasta literatura sobre a distinção, algumas dimensões nos pareceram insatisfatórias: a) ao trabalhar empiricamente os bens culturais parece que muitos autores querem fazer uma espécie de cartografia desses bens e sua apropriação pelos diversos segmentos e classes sociais; b) tendem a sublinhar os dados encontrados como se de fato as escolhas fossem “equivalentes”. Com isso, tem-se a impressão que o tema da distinção social (apreendido através da distinção cultural) fica diluído na pesquisa. No fundo, não haveria “distinção”. Por exemplo: a diferença entre onívoros e unívoros. Os primeiros consumiriam diversos estilos musicais os outros seriam mais “focados”, escolheriam um conjunto mais restrito de músicas. Isso se repete em outros estudos, por exemplo, ao se dizer que em determinados segmentos sociais existem os “mais engajados” e os “menos engajados” (consomem ou têm práticas culturais com maior intensidade do que os outros). Ou quando se diz que os jovens “saem” mais dos que os mais velhos. Todas essas afirmações são de caráter

meramente descritivo. A questão seria: o que é escolhido em termos musicais? Seriam todos gêneros equivalentes em termos de legitimidade? O que significa consumir ou praticar “mais” determinadas coisas, afinal elas não são equivalentes. Ou, ao se utilizar o termo “engajado” (para além da conotação política que confunde as coisas), praticar ou escolher “mais” determinados bens não significa propriamente uma distinção. Renato Ortiz, em seu estudo sobre *O Universo do Luxo* (2019) mostra uma coisa: o que importa não é a quantidade de coisas escolhidas, tampouco das práticas realizadas, mas a “qualidade” dessas escolhas e práticas. O máximo da distinção coincide com o máximo de restrição, e não o inverso.

O livro *A Distinção* assenta-se sobre um pressuposto: a “luta de classes” pode ser lida como uma “luta de classificações” simbólicas. Ele retoma o tema das classificações, caro aos antropólogos, articulando-o à questão do poder. Dito de outra forma: a distinção nos remete às relações de poder. As classes são diferentes e hierarquizadas (essa é uma herança de Marx, do marxismo, mas também dos estudos de Maurice Halbwachs), o mesmo ocorre com o mundo simbólico. Isso é o que nos parece diluído nas pesquisas consideradas. As críticas à Bourdieu são evidentemente, fundadas e legítimas, mas as vezes parecem se desviar do essencial. Não faz realmente sentido imaginar as sociedades atuais como similar à francesa dos anos 60/70 na qual a legitimidade da cultura “cultivada” se distribui, de maneira assimétrica, para todo o conjunto da sociedade. Entretanto, a crítica deixa de lado uma preocupação fundamental do autor: a articulação entre as classes sociais e as escolhas culturais (o gosto). Esse é o ponto central. Ele pode ser explorado na *Distinção* por causa de uma premissa que não é explicitamente discutida no livro: a legitimidade da cultura burguesa francesa e sua extensão junto aos diversos segmentos da sociedade. Certamente tal premissa não se aplica às sociedades contemporâneas, e claro, ao objeto que nos interessa (cidade de São Paulo); porém, ela nos ensina uma lição: a distinção só pode existir quando se sustenta em valores de algo considerado como socialmente legítimo.

Isso leva à pergunta: quais são as instâncias de legitimidade que marcam a esfera cultural? A pergunta está no plural na medida em que se sabe que uma “única” legitimidade, da cultura burguesa, como postula Bourdieu, encontra-se comprometida. Com isso queremos dizer, um trabalho sobre a distinção cultural pressupõe um passo anterior, conhecer as diferentes instâncias de legitimidade que marcam as sociedades contemporâneas (mundo da arte, escola, esfera do entretenimento, etc). Neste sentido, nem toda prática cultural ou escolha de determinados bens simbólicos implica em distinção. Curioso, isso é o que demonstram os dados de várias das pesquisas analisadas no grupo temático, mas o tema não é nunca tomado “de frente”, isto é, como algo a ser trabalhado pelo pensamento sociológico

(deveríamos explorar esse ponto no projeto). Isso tem duas implicações: a) não é preciso imaginar, como faz Bourdieu, a sociedade como algo inteiramente integrado, onde todas as partes seriam inteligíveis quando articuladas a um “todo”; b) a pergunta do projeto deveria ser: como escolher determinadas práticas culturais que de alguma maneira exprimem, enquanto objeto heurístico, a problemática da distinção. As distinções não são equivalentes entre si, dependem de como se encontram marcadas pelas “instâncias de legitimidade” que as determinam.

Referências:

- ANDERSON, Tammy L.; GRUNERT, Catherine; KATZ, Arielle; LOVASCIO, Samantha. “Aesthetic Capital: A Research Review on Beauty Perks and Penalties”. In: *Sociology Compass*, 4, 2010, pp. 564-575.
- BENNETT, Tony. “Culture, choice, necessity: a political critique of Bourdieu's aesthetic”. In: *Poetics* 39, 2011, pp. 530-546.
- BENNETT, Tony; SILVA, Elizabeth. “Introduction: cultural capital – histories, limits, prospects”. In: *Poetics* 39, 2011, pp. 427-443.
- BENNETT, Tony et al. *Culture, class, distinction*. Londres: Routledge, 2009.
- BERTONCELO, Edison. “Consumo Cultural e Manutenção das Distâncias Sociais no Brasil”. In: Carolina Pulici; Dmitri Cerboncini Fernandes. (orgs.). *As Lógicas Sociais do Gosto*. 1ª edição. São Paulo, Editora Unifesp, 2019, p. 231-272.
- BOURDIEU, Pierre. “Disposition esthétique et compétence artistique”. In: *Les Temps Modernes*, vol. 27, n° 295, 1971, pp. 1345-1378.
- _____. “Les fractions de la classe dominante et les modes d'appropriation des œuvres d'art”. In: *Information sur les Sciences Sociales*, vol. 13, n° 3, 1974.
- _____. “La production de la croyance”. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 13, février 1977a, pp. 3-43.
- _____. “Questions de politique”. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. vol. 16, septembre 1977b, pp. 55-89.
- _____. “Classement, déclassement, reclassement”. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. vol. 24, nov. 1978, pp. 2-22.
- _____. *La Distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.
- _____. “L'objectivation participante”. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, 5(5), 2003, pp. 43-58.
- BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc; CASTEL, Robert; CHAMBOREDON, Jean-Claude. *Un art moyen: essai sur les usages sociaux de la photographie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1965.
- BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain; SCHNAPPER, Dominique. *L'amour de l'art: les musées d'art européens et leur public*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2007, 1969.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *Les héritiers: les étudiants et la culture*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1970.

- BOURDIEU, Pierre; DELSAUT, Yvette. "Le couturier et sa griffe : contribution à une théorie de la magie". In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. vol. 1, n°1, janvier 1975, pp. 7-36.
- BOURDIEU, Pierre; DE SAINT MARTIN, Monique. "Anatomie du goût". In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. vol. 2, n°5, octobre 1976, pp. 2-81.
- _____. "Titres Et Quartiers De Noblesse Culturelle Éléments D'une Critique Sociale Du Jugement Esthétique". In: *Ethnologie Française* 8, no. 2/3, 1978, pp. 107-44.
- BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc; DE SAINT MARTIN, Monique. "Les Stratégies de Reconversion: Les Classes Sociales et le Système d'Enseignement". In: *Social Science Information*, 12(5), 1973, pp. 61-113.
- BRISSON, Romain. "Back to the original omnivore: on the artefactual nature of Peterson's thesis of omnivorousness". *Poetics*, 76, 2019, p. 1-14.
- CASTRO, Ana Lúcia. "Condicionantes sociais e trajetórias singulares: *habitus* como chave analítica em processos de constituição de elos de pertença e fronteiras simbólicas". In: *Estudos de Sociologia*, v. 24, 2019, pp. 45-61-61.
- CASTRO, Ana Lúcia; HADDAD, Beatriz Sumaya Malavasi. "Moda, eu faço a minha?: a circulação de símbolos globais de moda entre grupos de baixa renda". In: *Contemporânea. Revista de Sociologia da Ufscar*, v. 9, 2019, p. 229-252.
- CALHOUN, Craig. "The class consciousness of frequent travellers: towards a critique of actually existing cosmopolitanism". In: *Conceiving Cosmopolitanism*, Oxford: Oxford University Press, 2013.
- CICHELLI, Vincenzo; OCTOBRE, Sylvie. "Taste around the world: culture globalization seized by aesthetical-cultural cosmopolitanism of youngsters in France. In: *Repocs*, v.14, n.28, jul/dez. 2017.
- COLLINS, Randall. "Mulheres e a produção da cultura de *status*". In: *Cultivando diferenças*. Lamont & Fournier. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2015.
- GAYO, Modesto. "A critique of the omnivore - From the origin of the idea of omnivorousness to the Latin American experience". In: Laurie Hanquinet; Mike Savage (orgs.). *Routledge International Handbook of the Sociology of Art and Culture*. Nova Iorque; Oxon, Routledge, 2016, p. 103-115.
- GIDDENS, A. Nation-state and violence. Berkeley: University of California Press, 1987.
- HOLLA, Sylvia; Kuipers, Giseline. "Aesthetic capital". In: *Routledge International Handbook of the Sociology of Art and Culture*. London: Routledge, 2015 pp. 290-304.
- HOLT, Douglas B. "Does Cultural Capital Structure American Consumption?". *Journal of Consumer Research*, 25 (1), 1998, p. 1-25.
- HOLT, Douglas B. "Distinction in America? Recovering Bourdieu's theory of tastes from its critics". In: *Poetics* 25, 1997, pp. 93-120.
- JARNESS. Vegard. "Modes of consumption: from what to how in cultural stratification research". In: *Poetics* 53, 2015, pp. 65-79.
- JARNESS Vegard; FRIEDMAN, Sam. "I'm not a snob, but...': Class boundaries and the downplaying of difference". *Poetics*, 61, 2016, p. 14-25.
- KARADEMIR, Irmak H.; WARDE, Alan. "The cultural omnivore thesis: methodological aspects of the debate". In: Laurie Hanquinet; Mike Savage (orgs.). *Routledge International Handbook of the Sociology of Art and Culture*. Nova Iorque; Oxon, Routledge, 2016, p. 76-89.
- KUIPERS, Giseline. "Beauty and distinction? The evaluation of appearance and cultural capital in five European countries". In: *Poetics*, 2015, pp. 38-51.
- KUIPERS, Giseline; KLOET, Jeroen de. "Banal cosmopolitanism and The Lord of the Rings: The limited role of national differences in global media consumption". In: *Poetics*, 37, 2009, pp. 99-118.

- LAMONT, Michèle. *Money, morals and manners*. The culture of the French and the American upper-middle-class. Chicago, University of Chicago Press, 1992.
- LAMONT, Michèle; MOLNÁR, Virág. “The study of boundaries in the social sciences”. *Annual Review of Sociology*, 28, 2002, p. 167-195.
- LAMONT, Michele; LAREAU, Annette. “Cultural capital: allusions, gaps and glissandos in recent theoretical developments”. In: *Sociological Theory*, vol. 6, 1988, pp. 153-168.
- LIZARDO, Omar. “Can cultural capital theory be reconsidered in the light of world polity institutionalism? Evidence from Spain”. In: *Poetics* 33, 2005, pp. 81-110
- _____. “The puzzle of women's 'highbrow' culture consumption: integrating gender and work into Bourdieu's class theory of taste”. In: *Poetics*, 34, 2006, 1-23.
- _____. How cultural tastes shape personal networks. *American Sociological Review*, 2006, vol. 71 (p. 778-807).
- LIZARDO, Omar; SKILES, Sara. “After omnivorousness: Is Bourdieu still relevant?”. In: Laurie Hanquinet; Mike Savage (orgs.). *Routledge International Handbook of the Sociology of Art and Culture*. Nova Iorque; Oxon, Routledge, 2016, p. 90-103.
- MEARS, Ashley. “Girls as elite distinction: the appropriation of bodily capital”. In: *Poetics* 53, 2015, pp. 22-37.
- MEULEMAN, Roza; SAVAGE, Mike. “A Field Analysis of Cosmopolitan Taste: Lessons from the Netherlands”. In: *Cultural sociology*, 7(2), 2013, pp. 230-256.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.
- _____. *O universo do luxo*. São Paulo, SP: Alameda, 2019.
- PETERSON, Richard A. “Problems in comparative research: The example of omnivorousness”. *Poetics*, 33(5-6), 2005, p. 257-282.
- _____. “The rise and fall of highbrow snobbery as a status marker”. *Poetics*, 25(2-3), 1997, p. 75-92.
- _____. “Understanding audience segmentation: From elite and mass to omnivore and univore”. *Poetics*, 21(4), 1992, p. 243-258.
- PETERSON, R. A.; KERN, R. M. “Changing highbrow taste: From snob to omnivore”. *American Sociological Review*, 61(5), 1996, p. 900-907.
- PETERSON, Richard, A.; SIMKUS, A. “How musical tastes mark occupational status groups”. In: M. Lamont; M. Fournier (orgs.). *Cultivating differences*. Symbolic boundaries and the making of inequality. Chicago, University of Chicago Press, 1992, p. p. 152-168.
- PRIEUR, Annick; SAVAGE, Mike. “Updating cultural capital theory: a discussion based on studies in Denmark and in Britain”. In: *Poetics* 39, 2011, pp. 566-580.
- PRIEUR, Annick; SAVAGE, Mike. “Emerging forms of cultural capital”. In: *European Societies*. Vol. 15, n. 2, 2013, pp. 246-267.
- _____. “On 'knowingness', cosmopolitanism and busyness as emerging forms of cultural capital”. In: *The Routledge Companion to Bourdieu's 'Distinction'*. Londres: CRESC/Routledge, 2015.
- PRIEUR, Annik; ROSENLUND, ROSENLUND, Lennart; SKJOTT-LARSEN, Jakob. “Cultural capital today: a case study from Denmark”. In: *Poetics*, 36 (1), 2008, pp. 45-70 .
- PULICI, Carolina. “A alimentação solene e parcimoniosa: práticas gastronômicas como fonte de distinção das elites brasileiras”. *Revista EcoPós*, 17(3), 2014, p. 1-15.
- RÖSSEL, Jörg; SCHROEDTER, Julia H. “Cosmopolitan cultural consumption: Preferences and practices in a heterogenous, urban population in Switzerland”. In: *Poetics* 50, 2015 pp. 80-95.
- SAINT-MARTIN. M. From Anatomie du goût to La Distinction: attempting to construct the social space. Some markers for the history of the research. In: Coulangeon & Duval. *The Routledge Companion to Bourdieu's Distinction*. London, New York: Routledge, 2015.
- SILVA, Elizabeth B. “Habitus: beyond Sociology”. In: *The Sociological Review*, 64(1), 2016,

pp. 73-92.

_____. "Unity and Fragmentation of the Habitus". In: *The Sociological Review*. 64(1), 2016, pp. 166-183.

SILVA, Elizabeth B.; LE ROUX, Brigitte. "Cultural capital of couples: tensions of elective affinities". In: *Poetics* 39, 2011, pp. 547-565.

SØLVBERG, Lisa MB; JARNESS, Vegard. "Methodological Challenges when mapping symbolic boundaries". In: *Cultural Sociology* vol. 13 (2), 2019, pp. 178-197.